

PROCESSO Nº: 2020029605

Interessado: Fundo Municipal de Saúde

Assunto: Compra emergencial de material hospitalar

JUSTIFICATIVA PARA COMPRA EMERGENCIAL DE MATERIAL HOSPITALAR

A Secretaria Municipal de Saúde vem **justificar a necessidade de celebrar contrato emergencial visando a aquisição de luvas de procedimento (extra pequeno, pequeno, média, grande), visando o enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavirus-covid 19**, conforme lista apresentada pelo Setor responsável.

Deveras, em face da emergência em saúde pública de caráter internacional, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da **infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19)**, ocorreu o **desabastecimento do mercado** e gerou a **falta do(s) produto(s) no estoque do licitante fornecedor do(s) citados item(ns) da ARP nº 005/2020**, com conseqüente pedido de cancelamento (liberação do fornecimento). Neste caso, o Município necessita tomar medidas preventivas urgentes de **enfrentamento da pandemia**, dentre as quais se destaca a **aquisição materiais específicos para pacientes infectados em tratamento ambulatorial**, conforme justificativa analítica em **anexo**.

Há, pois, imperiosa necessidade de aquisição desses produtos essenciais para atender à crescente demanda da população, por um período de cerca de **60 dias**. Tal aquisição se dá pela necessidade de atender a demanda até que seja normalizada a situação, *posto que não se dispõe de tais itens no estoque do município*.

Lembramos que a **situação de emergência em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19)** foi reconhecida pelo Ministério da Saúde (Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020), pelo Governo do Estado de Goiás (Decretos nº 9.633 e 9.634, ambos de 13 de março de 2020) e pelo Município de Mineiros (Decreto nº 188, de 16 de março de 2020), dentre outros órgãos.

O critério de seleção do fornecedor dos produtos ora almejados será feito por consulta no mercado, dando-se primazia à proposta que apresentar o menor preço, observando-se as especificações da lista apresentada.

Toda contratação no âmbito da Administração Pública deve ser submetida a prévio procedimento licitatório, nos termos do que dispõe o Art. 37, XXI da CF. Contudo, o legislador, atento às possíveis necessidades de contratações para atender a situações excepcionais e transitórias, previu exceções.

O Regulamento Licitatório, por sua vez, estabelece em seu art. 24, inciso IV, *ipsis litteris*: "**Art. 24. É dispensável a licitação: (...)IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as**

parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;" (original sem o sublinhado).

Como toda exceção, a contratação por dispensa de licitação deve ser usada de modo equilibrado, restringindo-se apenas àquelas situações em que fica caracterizada urgência de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, ou seja, indispensável à regular continuidade da prestação dos essenciais serviços públicos, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, não sendo permitida a prorrogação dos contratos respectivos.

E o caso sob análise se enquadra na exceção mencionada, uma vez que a ausência dos medicamentos/materiais pode ocasionar prejuízo e comprometer a saúde de diversos cidadãos carentes dos serviços dependentes dos fármacos/materiais em tela, cuja competência é do município. Como a realização do processo licitatório demanda um tempo razoável, não é vislumbrada diferente alternativa para sanar a questão, até o encerramento do mesmo.

Assim, considerando o dever público insculpido nos artigos 6º, 196 e 198, inciso I, da Constituição Federal de assegurar aos munícipes assistência integral à saúde, bem como o princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos e o caráter continuado da prestação destes serviços de saúde ser de extrema relevância e necessidade, **apresentamos a presente justificativa para apreciação e celebração do contrato/decreto emergencial em epígrafe**, nos termos propostos, conforme permitido pela Lei nº 8666/93.

Mineiros-GO, 21 de agosto de 2020.

DÉBORA CRISTINA DE SOUSA

Coordenadora de Compras de Produtos Farmacêuticos e Materiais Hospitalares